

*Empresa Hidroelétrica
da
Serra da Estrela*

FUNDADA EM 1909

S.A.R.L.

Capital 150 000 contos

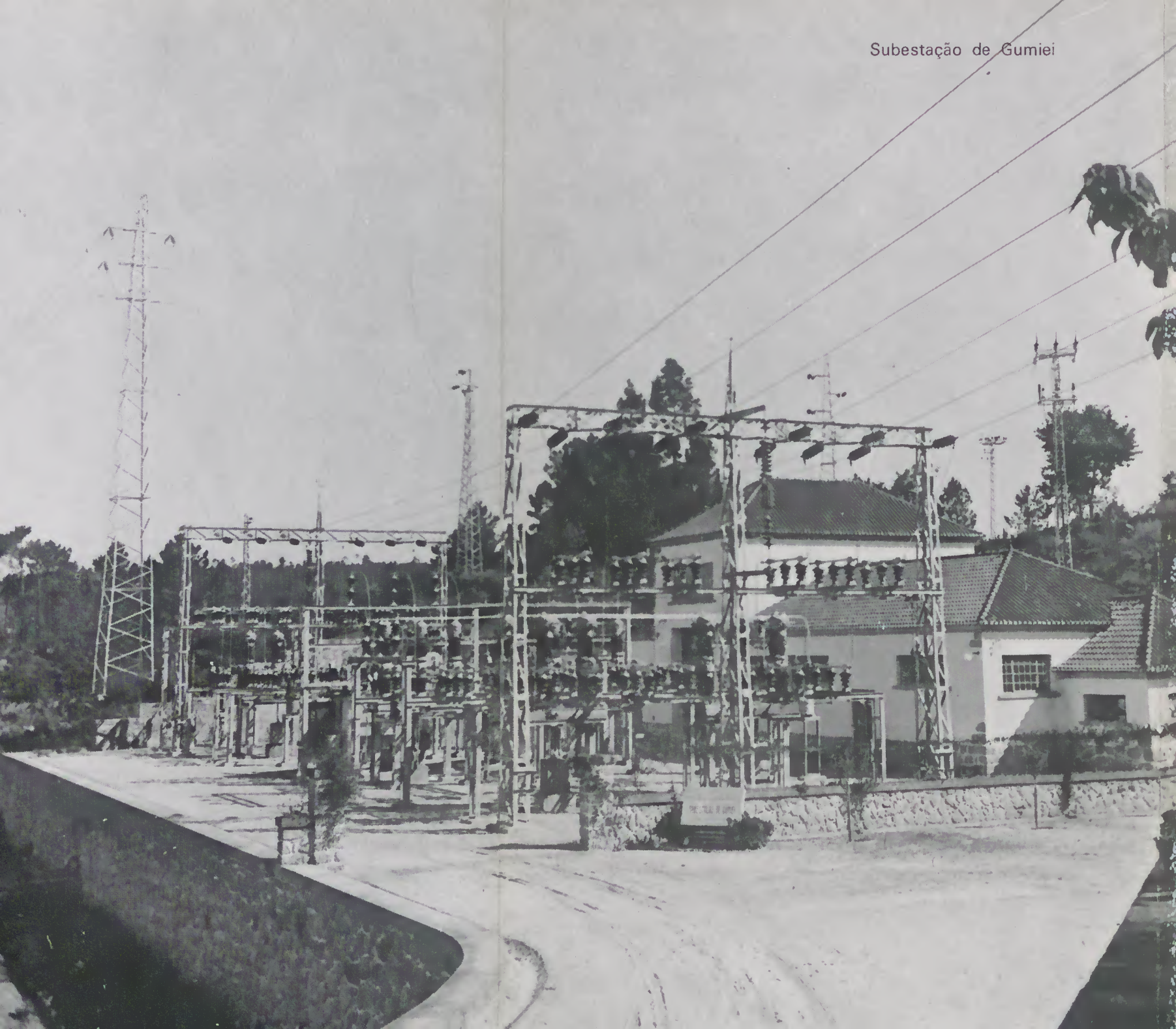
RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DO CON-
SELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS A
GERÊNCIA DE 1971

Sede em Lisboa

Av. Sidónio Pais 26



Subestação de Gumiei



**SEXAGÉSIMO TERCEIRO
EXERCÍCIO**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os Snrs. Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária na Sede social, pelas 15 horas do dia 29 do corrente, a fim de:

- 1.º — deliberarem sobre o relatório, o balanço e as contas do Conselho de Administração e o relatório e parecer do Conselho Fiscal com referência ao exercício de 1971;*
- 2.º — darem cumprimento ao preceituado no § único do Art. 9.º dos Estatutos;*
- 3.º — deliberarem sobre assuntos administrativos.*

Nos termos do Art. 18.º dos Estatutos, as acções ao portador terão de ser depositadas até ao dia 20 do corrente, na Sede social ou em qualquer Estabelecimento de crédito do País.

Lisboa, 2 de Março de 1972

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Doutor Adelino da Palma Carlos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adelino da Palma Carlos

VICE-PRESIDENTE

Dr. Paulo Manuel de Pitta e Cunha

1.º SECRETÁRIO

Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos SARL

2.º SECRETÁRIO

Eng.º José Lopes da Silva Braz Frade

JUNTA CONSULTIVA

Doutor António Jorge da Motta Veiga — Presidente

Cons.º Dr. Mário Estevam da Silva Cardoso

(Montepio Geral)

Eng.º Mamede Fialho

(União Eléctrica Portuguesa SARL)

Eng.º Alberto Saraiva e Sousa

(SAGA — Sociedade de Administração e Gestão de Bens Mobiliários Atlântico SARL)

Fernando Belard

(Almeida, Basto & Piombino & C.ª)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º João Gomes de Almeida Rezende — Presidente

D. Maria Emília Reis Ferreira Mirabeau da Cruz

Manuel Rodrigues Lagos

Eng.º José Braz Frade Grangeio

Eng.º José Guedes Pinto Machado

Eng.º José Moreira de Vasconcellos

Álvaro Jorge

(C. Ribeiro Ferreira Lda.)

CONSELHO FISCAL

Dr. António Francisco Rodrigues Nogueira Dias Costa — Presidente

EFFECTIVOS

Eng.º António Braz Pessoa Lopes da Costa Leitão

Fernando Nunes de Carvalho

Dr. Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo

Albano da Costa Lobo

(Pancada, Moraes & C.ª)

SUPLENTES

Dr.ª D. Maria José Galhardo

Francisco Manuel Correia Coelho de Campos

Abrimos este relatório amargurados de sentimento de imensa saudade, embora resignados com a insondável Vontade de Deus.

Perdemos em vinte e um de Fevereiro passado o convívio amigo do nosso querido Presidente. Durante muitos anos Vogal deste Conselho, o Dr. Manuel Bastos Mendes foi seu Presidente ininterruptamente desde treze de Julho de mil novecentos e sessenta. A expressão singela da lembrança dos muitos relevantes e inextinguíveis serviços que prestou à nossa Empresa é o que de momento nos ocorre, como mais evocativo, para exaltar os dotes que possuía de acção e homenagear a sua memória.

Reafirmamos também o nosso profundo respeito pela memória do Dr. Guilherme Luizello Alves Moreira que, como Presidente da Junta Consultiva desde a sua criação, nos honrou com a sua amizade e os seus doutos conselhos.

Em onze de Janeiro último outra grande perda nos enlutou, a do nosso Secretário-geral. O Dr. José dos Santos Fernandes Agudo desempenhou essa importante missão durante mais de dezasseis anos, e como justíssima homenagem registamos aqui os invulgares zelo e competência com que exerceu esse cargo.

*
* *

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de VV. Exas. o balanço e as contas referentes ao exercício de 1971, o sexagésimo terceiro da Empresa.

CONSIDERAÇÕES GERAIS — *Foi o ano findo um ano de grande actividade para todos quantos trabalham nesta Empresa e muitas as preocupações com os problemas, quer sectoriais quer empresariais, que tiveram de ser tratados. Acompanhámos com a maior atenção, através de diversas Comissões de estudo de que fizemos parte, os problemas de âmbito nacional do sector em que desenvolvemos a nossa actividade, não nos dispensando, pela relevância das suas implicações, de aqui deixar expresso as dúvidas que nos ocorrem a propósito das reforçadas tendências observadas na criação de novas Federações de Municípios e no alargamento de outras, na medida em que pensamos, conforme várias vezes tivemos ocasião de o manifestar, não ser essa de um modo geral a melhor solução para os problemas*

da pequena distribuição na Metrópole. Entendemos sim que se deveriam aproveitar em pleno as estruturas existentes, em especial as de há muito criadas pelas Empresas concessionárias, aperfeiçoando-as no que, porventura, se mostrasse necessário de modo a moldarem-se aos superiores interesses nacionais, que, a todos, sem excepção, cumpre defender. Sendo de natureza pública os serviços que a nossa Empresa presta, pensamos poder afirmar, sem receios de contradição, que sempre norteou a nossa actividade a preocupação de bem servir, no convencimento de que, não esquecendo os legítimos direitos dos Accionistas, desde 1909 contribuimos eficazmente para o progresso do País e demos largas provas de quanto acabámos de afirmar. Desejamos deixar expresso o voto de que as soluções superiormente determinadas dêem os frutos que com elas se pretenderam obter, atendendo a que o foram certamente com o sentido nos superiores interesses da Nação.

— Internamente, continuámos a proceder a um extenso esforço de racionalização e aperfeiçoamento de serviços, com vista ao aumento constante da produtividade a todos os níveis, desde a introdução de alterações ao «Organigrama» geral da Empresa, com melhor definição de tarefas e responsabilidades dos funcionários dos quadros permanentes, a remodelações de sistemas contabilísticos, com vista a uma melhor gestão por objectivos, baseada em valores que traduzam mais fielmente encargos e receitas dos respectivos sectores. Dedicámo-nos a aspectos de aperfeiçoamento profissional dos funcionários, de modo a poderem melhor cumprir e, consequentemente, melhor remuneração receber. Criaram-se novos métodos de trabalho e automatizaram-se certas instalações, o que se traduziu em diminuição sensível de postos de trabalho. Tudo o que acabamos de referir se conseguiu sem necessidade de despedimento de qualquer funcionário, embora com as indispensáveis transferências de serviços, até porque o fenómeno bem conhecido da emigração, que há anos se vem a verificar no nosso País, levou alguns dos nossos funcionários a procurar trabalho além fronteira.

— Desenvolvem-se as actividades que exercemos com margens extremamente reduzidas, e o lucro do exercício que apresentamos bem o evidencia, pois representa em relação ao «Imobilizado» inicial, que atinge em 31 de Dezembro findo o valor de Esc. 728 229 337\$67, a pequeníssima percentagem de 1,7 %, taxa esta que se eleva somente para 4,7 %, se considerarmos em conjunto o lucro do exercício e os valores contabilizados em «Ganhos e Perdas» como encargos de investimento, nos quais se atende às condições derivadas das concessões que nos foram outorgadas e aos encargos específicos resultantes da nossa actividade. Tere-mos de persistir eficazmente no sentido de obter o justo equilíbrio entre receitas e despesas, procurando melhorar para os níveis aconselhados as taxas que acabámos de referir, através da manutenção dos esforços já indicados e daqueles a que seguidamente neste relatório nos referiremos, e pela procura persistente da devida actualização das tarifas de venda de energia que estejam abaixo dos padrões normais do País, não esquecendo que pesados aumentos de encargos se antevêm na constante actualização de remunerações e nos que derivam de, na parte final do ano de 1971, se ter verificado a extraordinária seca bem presente na memória de todos. A este problema particular adiante voltaremos.

— Ao Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade demos toda a colaboração que nos foi possível, e se traduziu em estudos e decisões entregues ou tomadas, cumprindo-nos agradecer em especial o proficuo labor expendido pela sua Exma. Direcção.

EXPLORAÇÃO E ESTATÍSTICA—Decorreu o ano de 1971 com largas apreensões relativamente à exploração dos aproveitamentos hidroeléctricos de que somos concessionários. Efectivamente, embora a precipitação anual totalizada se possa considerar como média, as chuvas apresentaram-se com uma irregularidade superior àquela que já é tradicional no nosso País. A um princípio de ano relativamente normal, embora fraco em Fevereiro, seguiram-se períodos de chuvas excepcionais em Junho e Julho, que originaram descarregamentos sensíveis nas barragens. O último trimestre, em especial, apresentou-se-nos com uma carência de precipitações tal que nos nossos registos ficou como o mais seco até ao presente verificado. Tivemos, assim, de subir em Dezembro de cerca de 40 % a potência que vínhamos a tomar à Companhia Portuguesa de Electricidade e, não obstante, chegámos a 31 de Dezembro com o embalse nas nossas albufeiras reduzido a 7,2 % da sua capacidade máxima. Outras decisões houve que tomar já no decorrer de 1972 para ocorrer ao prolongamento da mesma estiação, consolando-nos a certeza, que agora podemos ter, de que quanto se realizou neste capítulo foi acertado, pois sem maiores dispêndios se venceu a grave crise atravessada. Recordamos vir a reflectir-se no exercício em curso parte substancial dos encargos derivados da referida seca, pelo aumento de encargos resultante da potência que se houve de tomar e pela diminuição de receitas provenientes da redução de acordos de fornecimento de energia.

—A produção total de 151 426 671 kWh, valor que se pode considerar médio, foi obtida com uma repartição muito desigual ao longo do ano, pelo que houve necessidade de adquirir 74 594 070 kWh, atingindo-se a emissão total de 226 020 741 kWh, máximo absoluto da nossa Empresa e superior em 9,7 % à do ano anterior. A energia emitida para a rede permanente teve um acréscimo de 11 %, nela se incluindo os aumentos de consumo e perdas verificados. Os consumos permanentes, não permanentes e totais atingiram, respectivamente, 162,6 GWh, 40,0 GWh e 202,6 GWh, pelo que as perdas totais na produção e nas grande e pequena distribuições ascenderam a 23,4 GWh, 10,3 % da energia total emitida. O número de consumidores permanentes subiu para 56 183, em acréscimo de 5,7 % em relação ao ano anterior e bem demonstrativo da expansão e do valor da nossa Empresa e da profundidade do trabalho realizado na zona em que exercemos a nossa actividade.

PROJECTOS E OBRAS—Em comparação com os anos anteriores, verificou-se um aumento substancial na elaboração de projectos enviados para licenciamento à Exma. Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, tendo-se entregue 21 relativos à grande distribuição e 71 à pequena distribuição, atendendo-se ao maior ritmo verificado na concessão de participações para as electrificações rurais, o que nos levou a reestruturar os respectivos serviços e a melhorar métodos de trabalho das brigadas especializadas em montagens. Esperamos que este maior ritmo se continui a manter, para assim podermos dar satisfação ao legítimo anseio das populações ainda não servidas pela electricidade.

—Nas nossas oficinas especializadas executaram-se diversos trabalhos, sendo de salientar os destinados à automação de serviços, o da construção de uma roda «Francis» para a central de Riba-Côa e os de reparações diversas em rodas da central do Sabugueiro, pois a técnica que temos vindo a aplicar tem dado excelentes provas, que se traduzem em já terem atingido cerca de 13 000 horas de trabalho algumas das rodas reparadas. Executaram-se diversas obras de conservação e repa-

ração dos aproveitamentos hidroeléctricos com vista ao seu melhor rendimento. Demos continuidade ao programa de remodelação das instalações da grande distribuição, sendo de salientar a construção de um novo troço a 60 kV, entre Unhais e Tortozendo, da linha Seia-Covilhã e de, com os necessários trabalhos, se terem adaptado 73,8 km de linhas da tensão de 40 kV para a de 60 kV. Para completar a remodelação total do anterior anel a 40 kV falta só modificar o troço Seia-Gouveia, com a extensão de 12,2 km. Construíram-se 79,9 km de linhas de A.T., destas pertencentes à grande distribuição e pequena distribuição, respectivamente, 39,0 km e 40,9 km, pelo que a extensão total de linhas de alta-tensão se situa presentemente em 1678,3 km, uma vez que se apearam 6,4 km de linhas afectas à grande distribuição. Em continuação do mesmo plano de remodelação da grande distribuição, entraram em serviço o posto interior de 15 kV da subestação de Belmonte, a subestação de Loriga, cujas tensões primária e secundária passaram para 60 kV e 15 kV, e a subestação provisória da Guarda, na qual se instalou um transformador de potência de 10 MVA, 60/15 kV, com tensão regulada, para melhor fornecimento de energia àquele concelho. Desta forma, estão normalizadas as tensões primária e secundária, respectivamente, em 60 kV e em 15 kV, na quase totalidade das nossas subestações. Na pequena distribuição electrificaram-se 11 freguesias, englobando 29 povoações, pelo que se ficaram a alimentar 290 sedes de freguesia e 625 povoações; construíram-se 19 postos de transformação com a potência instalada de 810 kVA, atingindo-se um total de 25 556 kVA. Para além de quanto acabamos de citar, manteve-se um persistente serviço de ampliação, conservação e remodelação de redes, com vista à manutenção da qualidade de serviço que sempre foi objectivo principal da nossa Empresa, o que bem pode ser testemunhado pela observação das referidas instalações.

CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA — Desenvolveu-se a actividade normal de estabelecimento de contratos com novos consumidores directos em alta-tensão, para além da de renovação de contratos antigos, cuja actualização se impunha. Oportunamente denunciado, em Junho, o contrato com a Exma. Câmara Municipal de Viseu, cujo termo de validade se verificou em 31 de Dezembro último, prosseguem, à data da elaboração deste relatório, diligências para que em sua substituição se assine novo contrato. Esgotadas as possibilidades do estabelecimento de um acordo directo entre ambas as partes, e porque se não pode manter a actual situação de fornecimento de energia sem a existência de contrato válido, foi o problema superiormente exposto, com vista à tomada de providências que se impõem, cumprindo-nos esclarecer que as condições por nós propostas, para o novo contrato, são idênticas às oficialmente aprovadas para todos os contratos semelhantes celebrados pela Empresa desde 1967.

— Após publicação das competentes autorizações, foi assinada com a Exma. Câmara Municipal da Guarda a escritura do contrato de concessão da pequena distribuição no respectivo concelho, sendo de notar que, embora a título provisório, já vínhamos a desempenhar a respectiva actividade desde Outubro de 1970. Pensamos poder afirmar, pela forma exemplar como decorreram todas as complicadas negociações de transferência de instalações, da nossa estimada congénere Companhia Eléctrica das Beiras para a referida Câmara e desta para a Empresa, ser este caso exemplo a ter presente como resolução francamente construtiva deste tipo de

problemas. Com as Exmas. Câmaras Municipais de Sabugal e Penamacor foram, respectivamente, assinado novo contrato e estabelecido acordo para a pronta entrada em vigor de novo contrato em substituição do anterior. Foram denunciados os contratos com as Exmas. Câmaras Municipais de Mangualde e de Nelas, estando para este último concelho em estudo um novo regime tarifário, através de uma Comissão Arbitral para o efeito oportunamente constituída. Outros contactos houve no sentido de, tanto quanto possível por acordo e ao abrigo das respectivas disposições contratuais, se conseguir o indispensável ajustamento das tarifas que se mostram desactualizadas, em ordem a obterem-se condições equivalentes e razoáveis nos dezoito concelhos em que exercemos a actividade da pequena distribuição.

SERVIÇO SOCIAL — A actividade exercida no campo social traduziu-se, em 1971, pela realização da tradicional festa do Natal, na qual compareceram 693 crianças, filhas de funcionários da Empresa, pela atribuição de 78 subsídios e bolsas de estudo, em que se despenderam Esc. 138 750\$00, pela atribuição de prémios escolares, pela realização de Campos de Férias, este ano para rapazes e também, pela primeira vez, para raparigas, pelas facilidades e benefícios concedidos através do funcionamento das Cantinas da Sede e da Filial, pelo funcionamento diário da Messe, que forneceu 15 311 refeições a preços reduzidos, e pela organização e envio, com o encargo para a Empresa de Esc. 86 470\$50, de 193 crianças para a «Colónia de Férias Doutor Oliveira Salazar».

— Ao Centro de Cultura e Desporto dos Funcionários da Empresa, CAT 519, endereçamos os nossos cumprimentos pelo entusiasmo com que continuou a exercer a sua actividade, assinalando-se a sua presença em diversas competições, nas quais conquistou destacada posição.

CUMPRIMENTOS — A todos quantos colaboraram com este Conselho endereçamos os nossos cumprimentos e agradecimentos, nomeadamente ao Exmo. Delegado do Governo, Snr. Eng.º José Jorge de Pinho, que desde que assumiu as suas funções sempre tem acompanhado com o maior interesse os problemas tratados, às Entidades oficiais, à Caixa Geral de Depósitos e demais Instituições de crédito, ao Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, à Exma. Junta Consultiva e ao digno Conselho Fiscal, pelas valiosas e úteis colaborações prestadas.

— A todos os funcionários da Empresa, que, sem excepção, amplamente demonstraram as suas eficiência e dedicação, apresentamos o nosso merecido louvor.

— Menção especial queremos aqui deixar expressa ao Exmo. Presidente da Junta Consultiva, Doutor António Jorge da Motta Veiga, que ao aceitar o convite que lhe foi dirigido continuou credor da altíssima consideração que já antes lhe era devida e soube manter presente o espírito do seu antecessor, Dr. Guilherme Luizello Alves Moreira. Ao abrigo dos Estatutos terá a Assembleia Geral de se pronunciar sobre a manutenção de S. Exa. em tão para nós honroso cargo, bem como pela do Snr. Eng.º José Moreira de Vasconcellos como Vogal deste Conselho, para o qual e em preenchimento de vaga aberta foi chamado, deixando de exercer as suas anteriores funções de Engenheiro Director, que há mais de dez anos vinha a desempenhar com inextinguíveis zelo e competência.

SALDO DA CONTA GANHOS E PERDAS — Para aplicação do lucro do exercício, de Esc. 12 357 544\$06, que, adicionado do saldo que transitou de 1970, de Esc. 269 211\$12, totaliza Esc. 12 626 755\$18, propomos a seguinte aplicação:

<i>Para Fundo de Reserva Legal</i>	<i>Esc.</i>	<i>620 000\$00</i>
<i>Para Dividendo, cativo de impostos, 8 % »</i>	<i>»</i>	
<i>s/o capital</i>	<i>»</i>	<i>12 000 000\$00</i>
<i>Para Saldo a Conta Nova</i>	<i>»</i>	<i>6 755\$18</i>
<i>Total Escudos</i>		<u><u><i>12 626 755\$18</i></u></u>

Lisboa, 8 de Março de 1972

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Gomes de Almeida Rezende — Presidente

Maria Emília Reis Ferreira Mirabeau da Cruz

Manuel Rodrigues Lagos

José Braz Frade Grangeio

José Guedes Pinto Machado

José Moreira de Vasconcellos

Álvaro Jorge

(C. Ribeiro Ferreira Lda.)

Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

ACTIVO

PASSIVO

DISPONÍVEL

C A I X A			
Sede	165 986\$30		
Filial	2 107 402\$00		
Subdelegações	1 015 849\$30	3 289 237\$60	
DEPÓSITOS A ORDEM	7 290 996\$25	10 580 233\$85	

REALIZÁVEL

CONSUMIDORES DE ENERGIA	17 102 975\$70		
DEVEDORES E CREDITORES	18 361 446\$40		
TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	11 752 393\$60	47 216 815\$70	

EXISTÊNCIAS

ARMAZÉNS GERAIS	12 301 742\$69		
OFICINAS GERAIS — Trabalhos em curso	112 164\$50	12 413 907\$19	

IMOBILIZADO

INSTALAÇÕES			
Produção	244 245 148\$03		
Grande Distribuição	249 981 644\$76		
Pequena Distribuição	157 043 099\$81	651 269 892\$60	
Amortizações	— 172 274 756\$49	478 995 136\$11	

MATERIAL EM SERVIÇO	16 375 011\$40		
APARELHOS DE RESERVA	5 801 918\$60		
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	3 399 696\$78		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7 929 988\$77		
VEÍCULOS	2 909 276\$90		
EDIFÍCIOS	10 435 343\$35	46 851 235\$80	
Amortizações	— 15 746 962\$39	31 104 273\$41	
PROPRIEDADES RÚSTICAS	6 951 736\$12		
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	23 156 473\$15	540 207 618\$79	

CONDICIONADO

DEPÓSITOS DE GARANTIA	149 023\$50		
	610 567 599\$03		

EXTRA PATRIMÓNIO

ACÇÕES EM CAUÇÃO	1 000 000\$00		
GARANTIAS BANCÁRIAS	5 620 000\$00	6 620 000\$00	

O DIRECTOR DO SERV. DE FIN. E CONTABILIDADE
Jacinto Manuel Pardaí

A CURTO PRAZO

DEVEDORES E CREDITORES	8 856 941\$35		
FORNECEDORES	7 526 944\$50		
DIVIDENDO	190 158\$20		
FINANCIAMENTOS	28 700 000\$00		
LETRAS A PAGAR	7 251 715\$30		
OBRIGAÇÕES SORTEADAS	1 056 000\$00	53 591 759\$35	

A MÉDIO E A LONGO PRAZO

FINANCIAMENTOS	99 863 845\$60		
OBRIGAÇÕES DE 3,5 %	6 750 000\$00		
OBRIGAÇÕES DE 5 %	3 000 000\$00		
OBRIGAÇÕES DE 6 %	60 000 000\$00	169 613 845\$60	223 205 604\$95

CONDICIONADO

VALORES CATIVOS DE APLICAÇÃO DETERMINADA	91 260 175\$40		
RECONSTITUIÇÃO DO INVESTIMENTO	3 596 268\$04		
DEPÓSITOS DE GARANTIA	3 351 083\$00	98 207 526\$44	

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

CAPITAL	150 000 000\$00		
---------------	-----------------	--	--

ACUMULADA

RESERVAS			
Legal	17 970 000\$00		
Extraordinária	10 000 000\$00		
de Reavaliação	68 444 456\$01		
Para Dividendos Futuros	3 600 000\$00		
RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL	23 513 256\$45		
PROVISÕES DIVERSAS	3 000 000\$00	126 527 712\$46	

ADQUIRIDA

GANHOS E PERDAS			
Lucro do exercício	12 357 544\$06		
Saldo de 1970	269 211\$12	12 626 755\$18	289 154 467\$64
			610 567 599\$03

EXTRA PATRIMÓNIO

CREDITORES POR ACÇÕES EM CAUÇÃO	1 000 000\$00		
CREDITORES POR GARANTIAS BANCÁRIAS	5 620 000\$00	6 620 000\$00	

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Lisboa, 31 de Dezembro de 1971

Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «GANHOS E PERDAS» NO ANO DE 1971

DÉBITO

ENCARGOS COM ÓRGÃOS SOCIAIS	4 329 521\$50
ENCARGOS COM O PESSOAL	37 930 796\$50
ENCARGOS COM MATERIAIS, APARELHOS E EQUI- PAMENTOS	20 597 564\$16
ENERGIA ADQUIRIDA	25 232 392\$10
CONSUMOS E SERVIÇOS DIVERSOS	14 964 296\$40
ENCARGOS COM PUBLICIDADE	18 673\$30
SEGUROS	382 898\$50
ENCARGOS FISCAIS E PARAFISCAIS	2 114 495\$90
ENCARGOS FINANCEIROS	12 374 079\$96
ENCARGOS DE INVESTIMENTO	21 716 433\$99
ENCARGOS OCASIONAIS E DIVERSOS	1 098 188\$11

RESULTADOS

Lucro do exercício	12 357 544\$06	
Saldo de 1970	269 211\$12	12 626 755\$18
		<u>153 386 095\$60</u>

CRÉDITO

VENDA DE ENERGIA	102 292 716\$90
RECEITAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	8 153 403\$50
PROVEITOS FINANCEIROS	
Juros e Descontos	139 722\$62
Rendimentos de Títulos e Participações	<u>386 505\$78</u>
	526 228\$40
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÕES ACESSÓRIAS	587 035\$20
OBRAS E PROVEITOS INTERNOS	41 434 267\$48
REEMBOLSO DE IMPOSTO DE MAIS-VALIAS	123 233\$00
Saldo de 1970	269 211\$12

153 386 095\$60

MAPA E GRÁFICOS

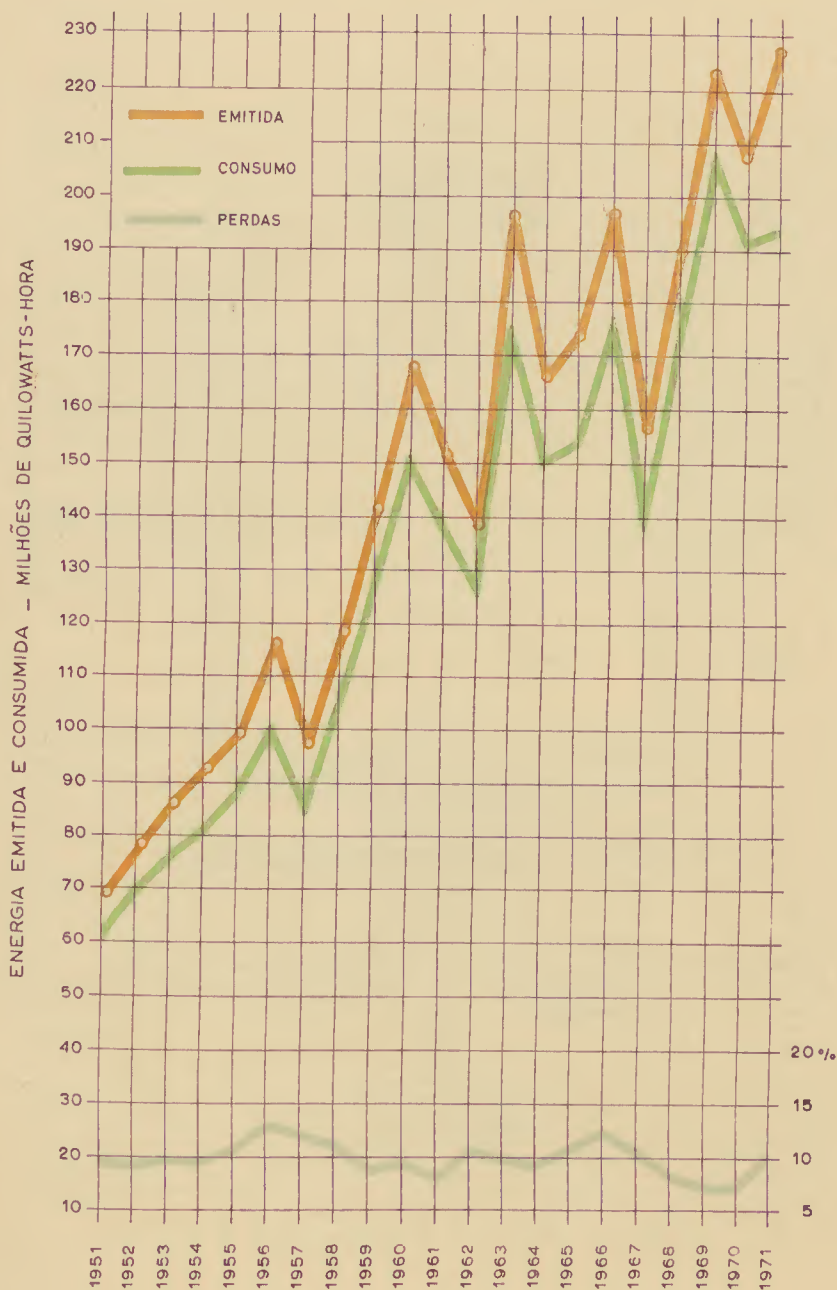


ZONA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA



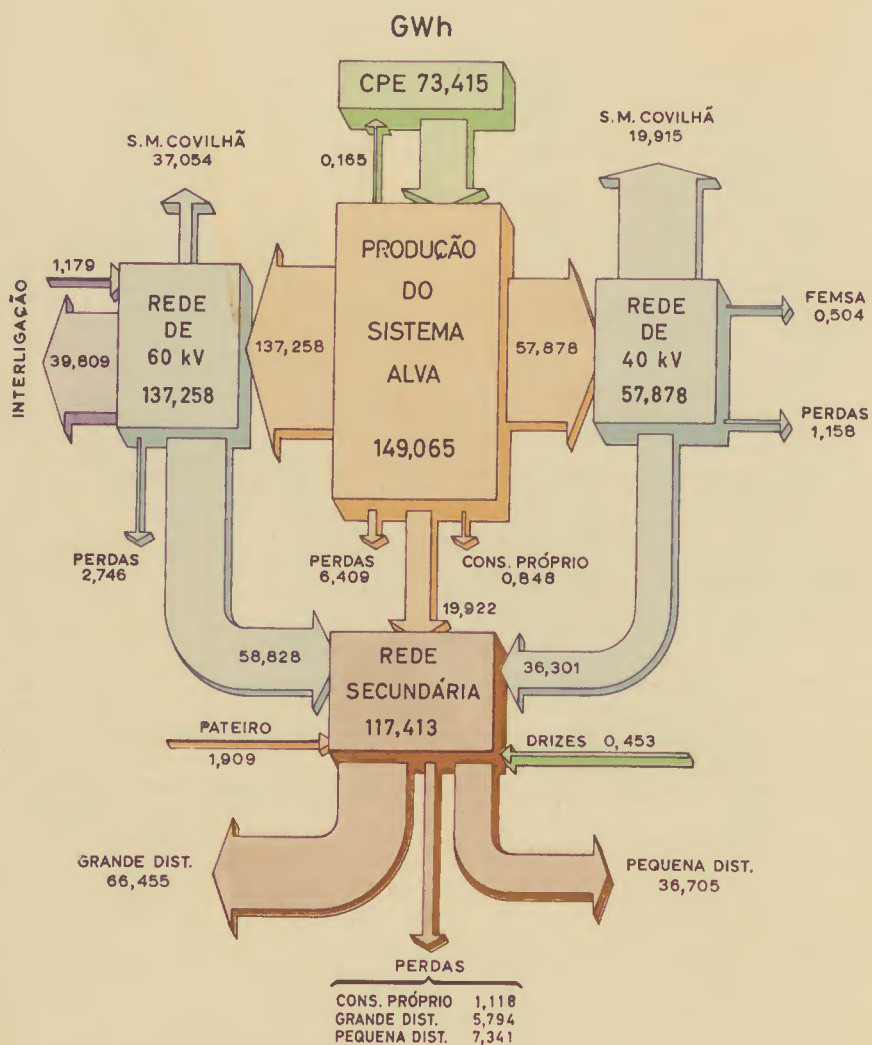


EMIÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA



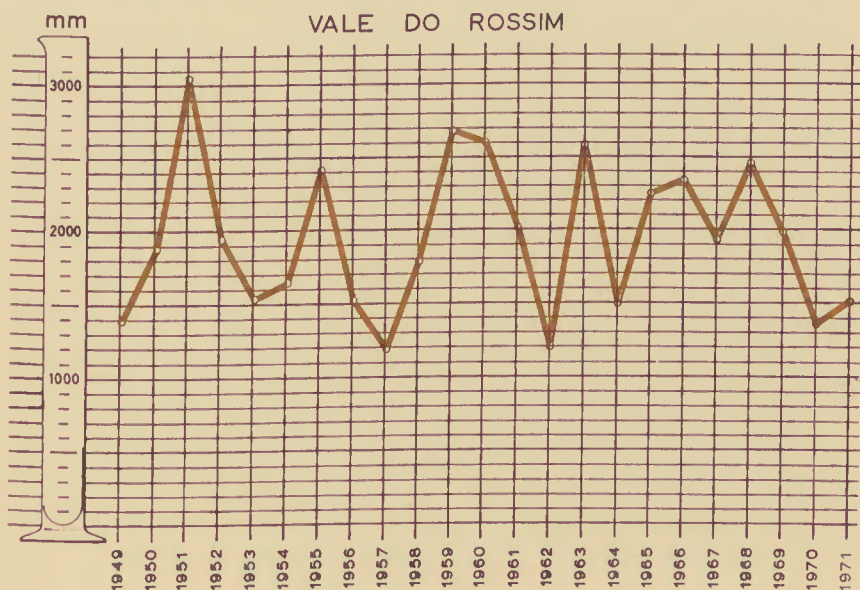
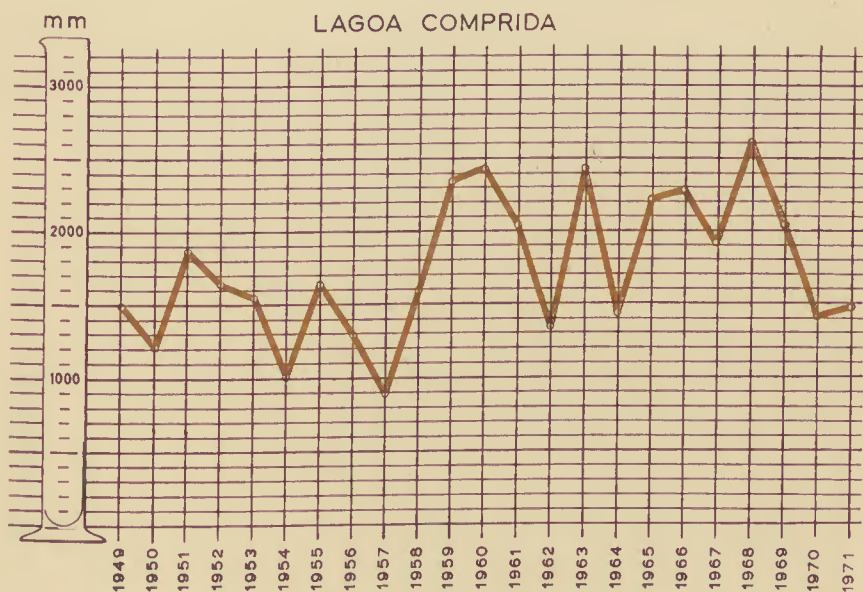


MOVIMENTO DE ENERGIA



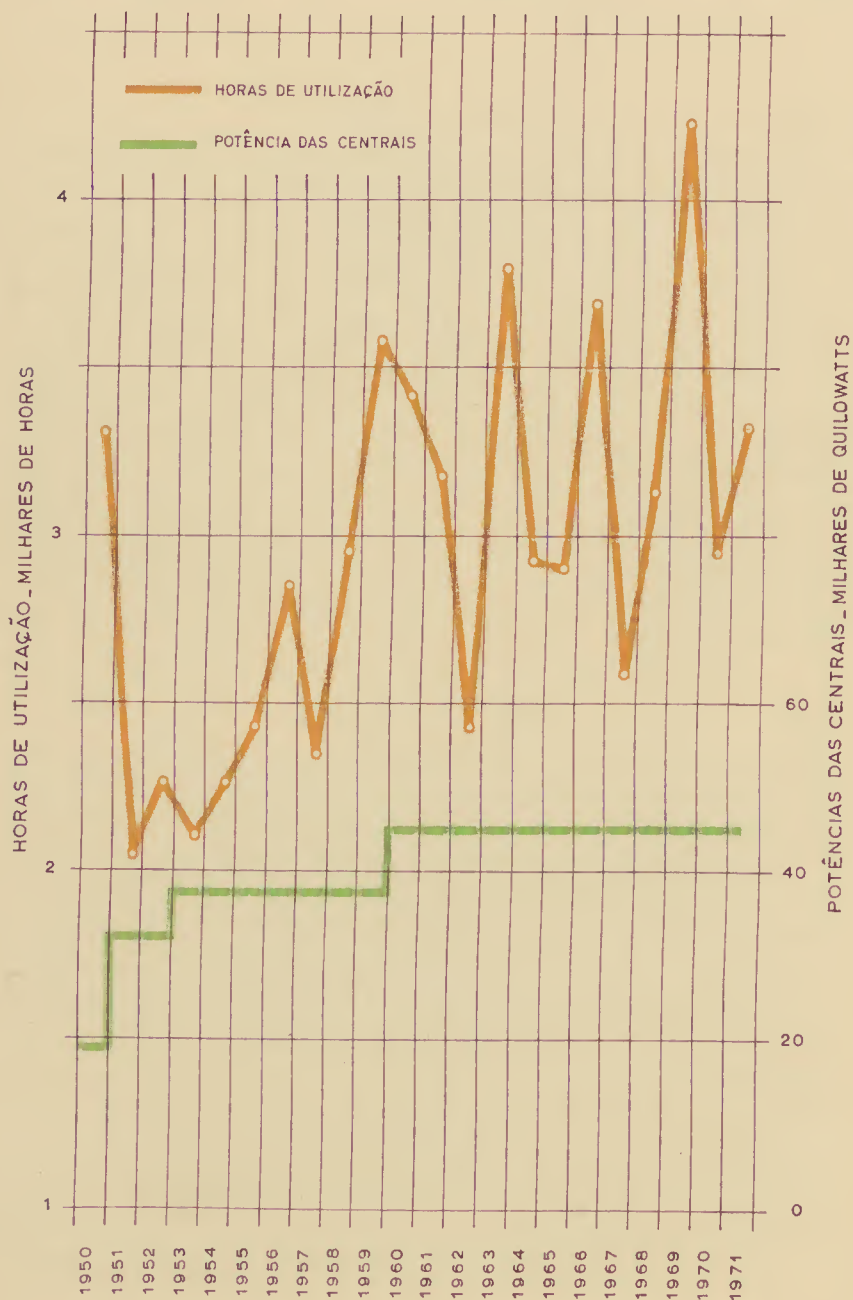


PRECIPITAÇÕES ANUAIS



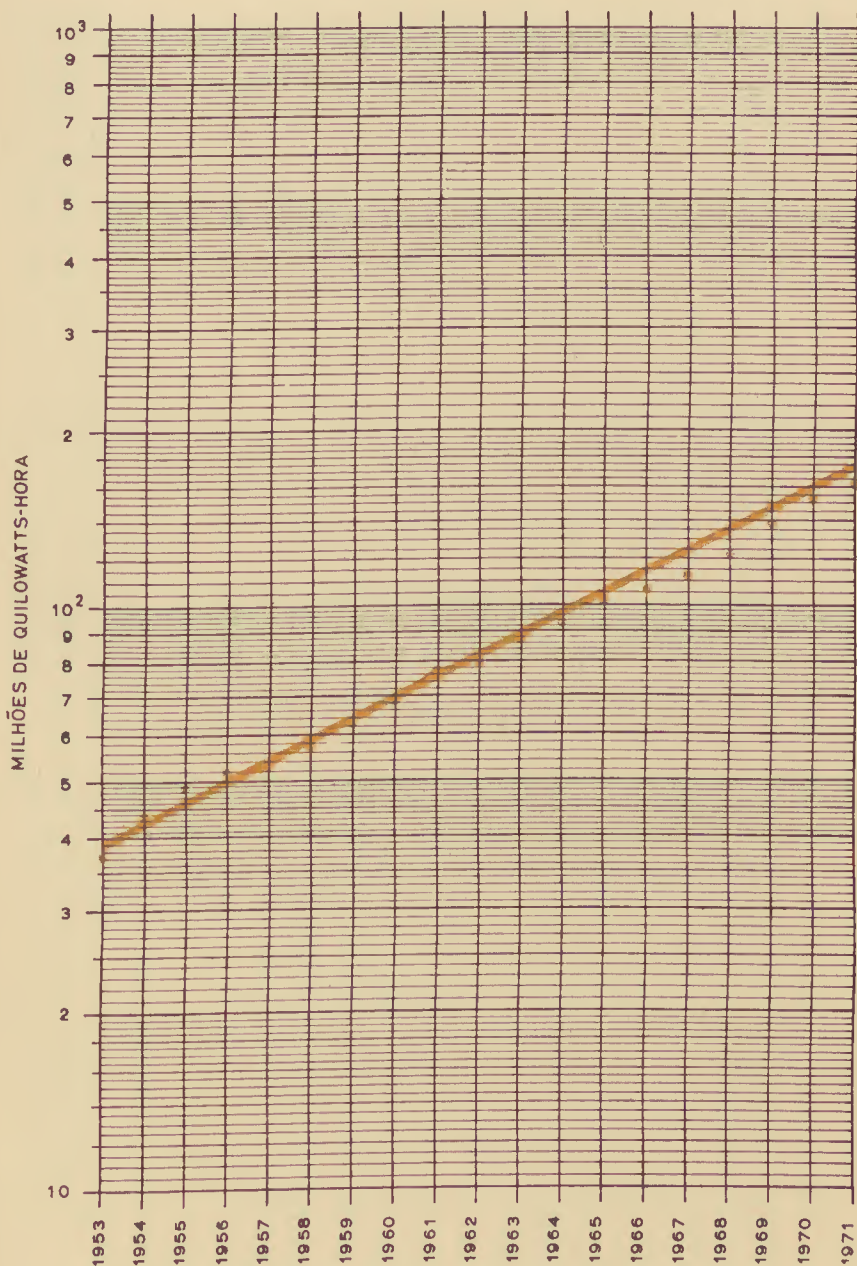


UTILIZAÇÃO ANUAL DA POTÊNCIA INSTALADA NAS CENTRAIS



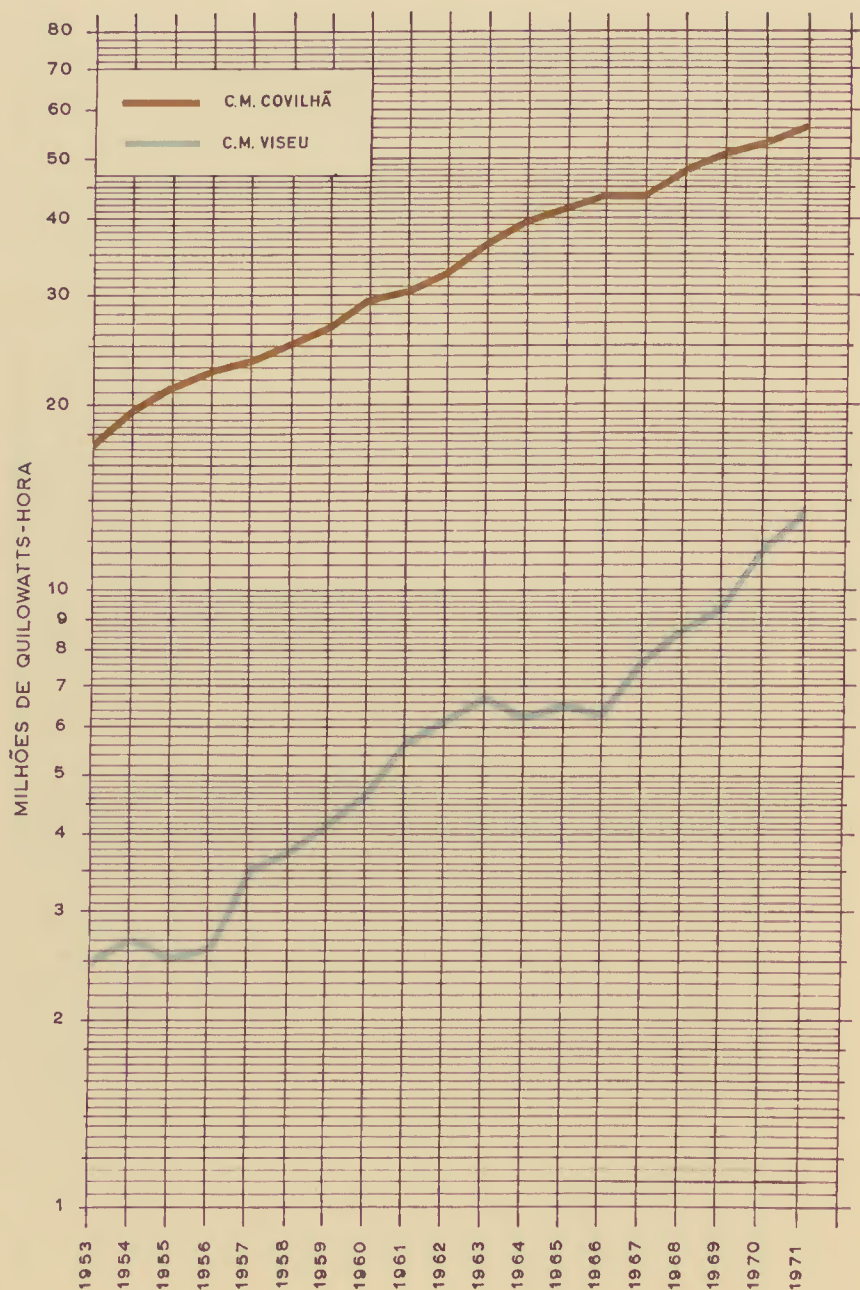


EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS PERMANENTES



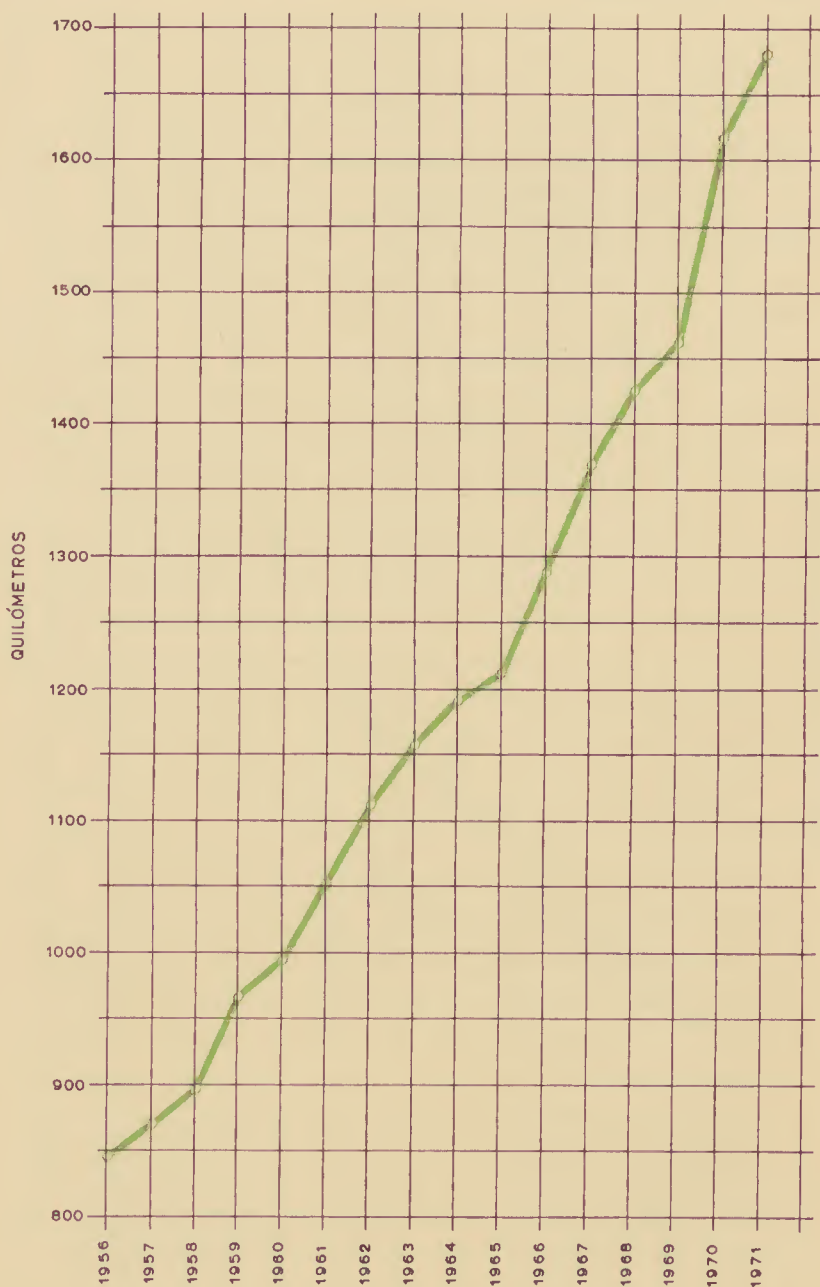


ENERGIA FORNECIDA À C. M. DA COVILHÃ E À C. M. DE VISEU



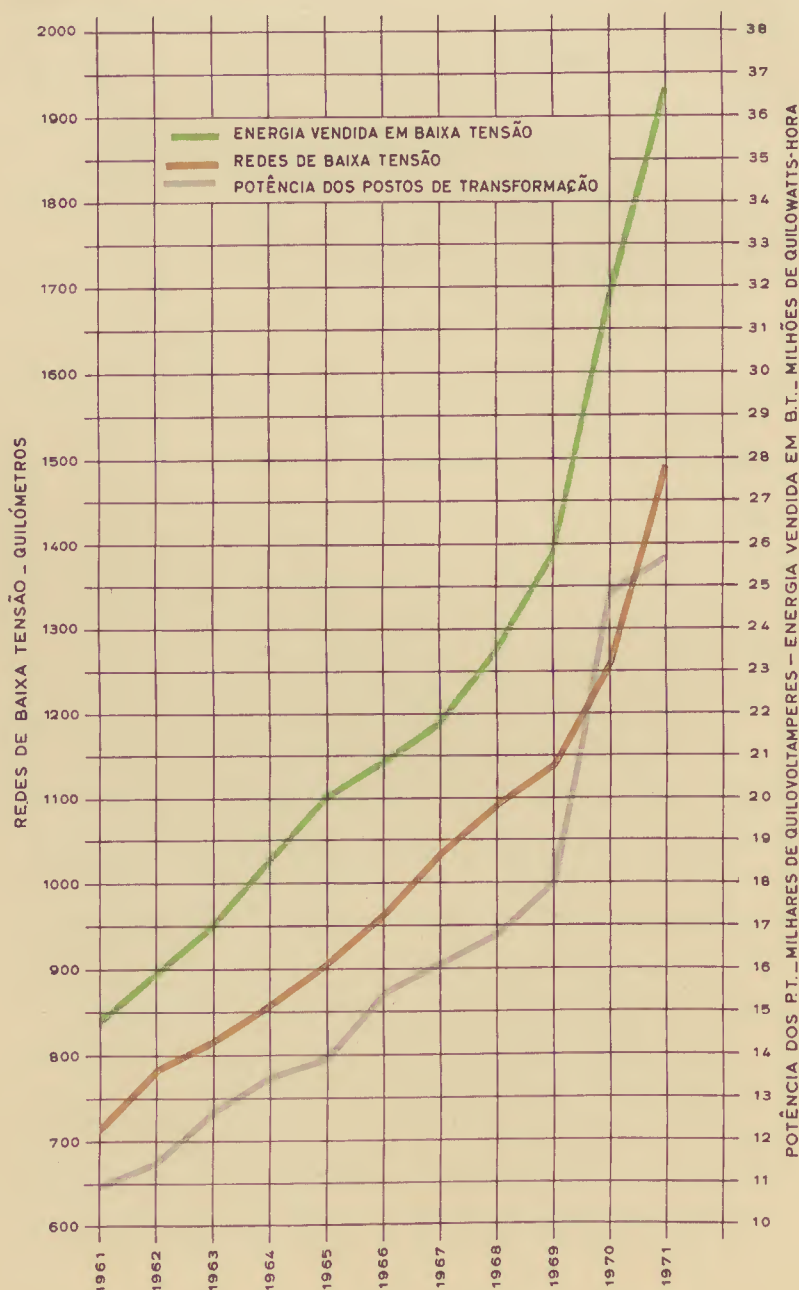


LINHAS DE ALTA-TENSÃO



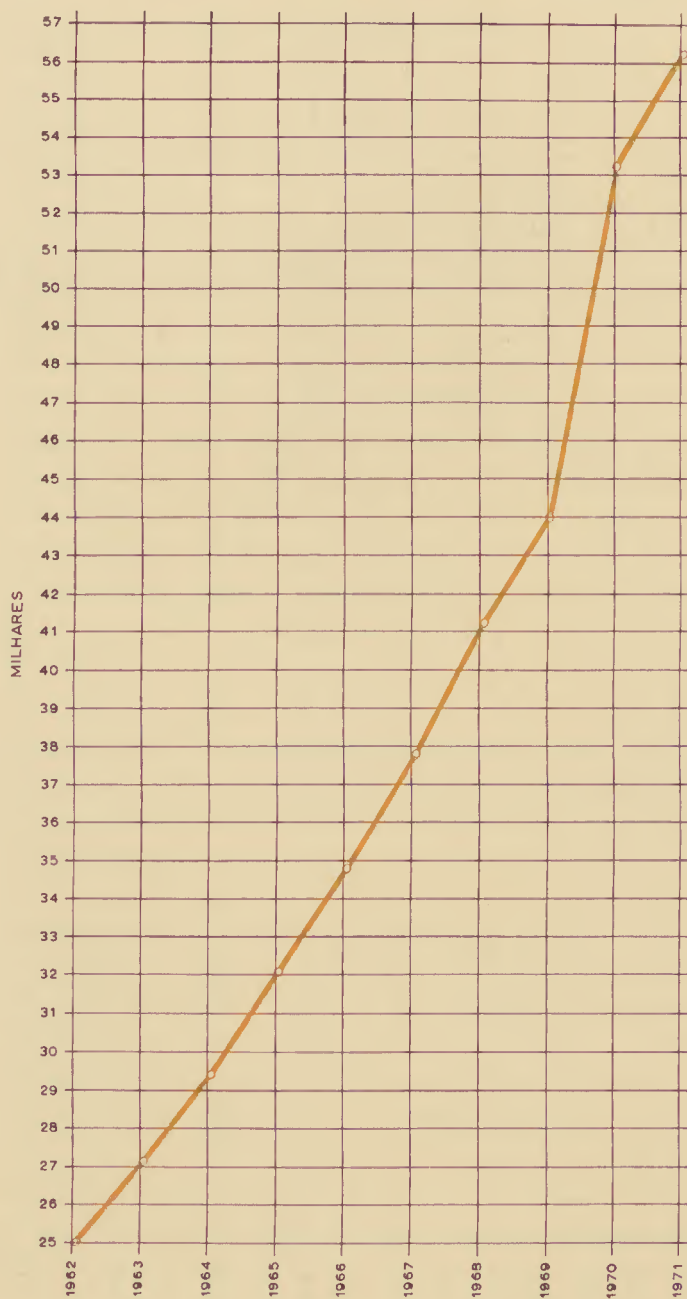


ENERGIA VENDIDA EM BAIXA-TENSÃO, REDES DE BAIXA-TENSÃO E POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



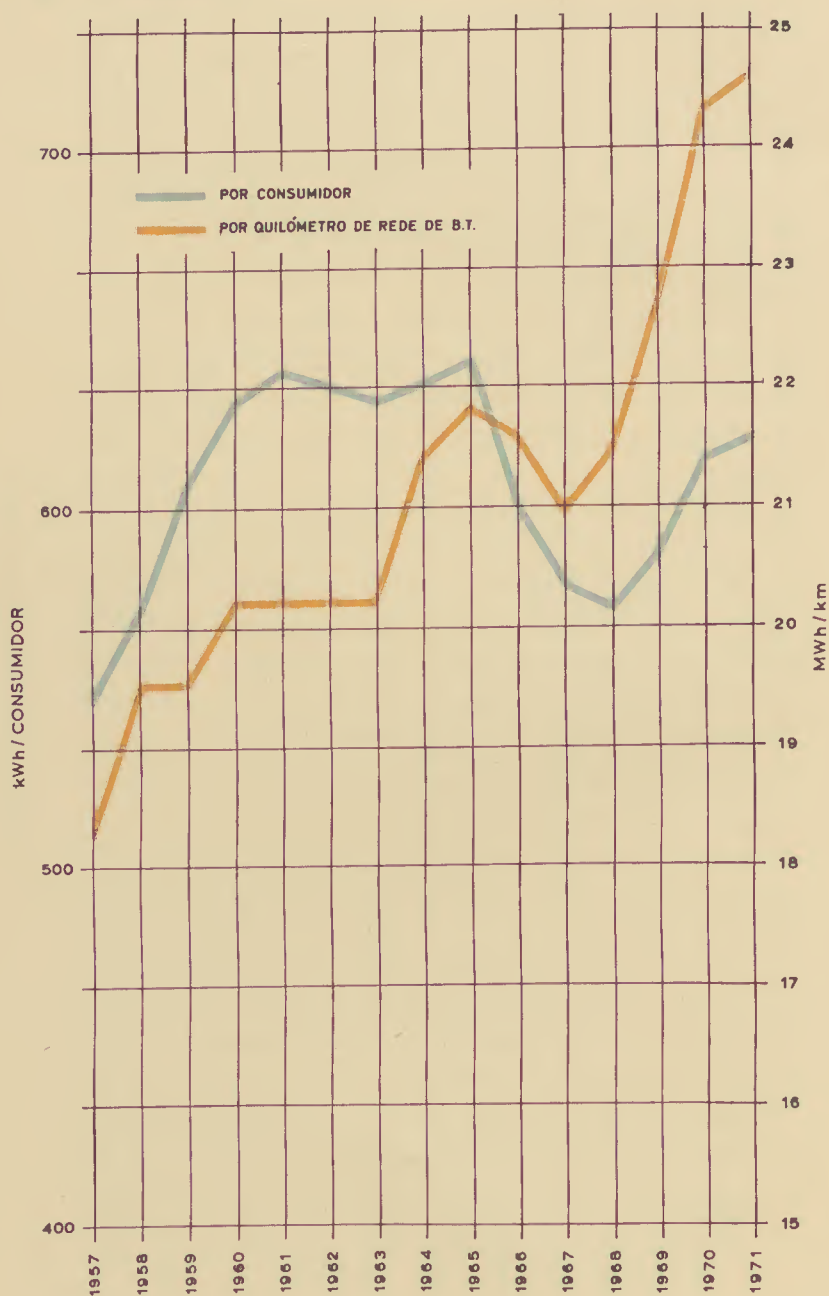


NÚMERO DE CONSUMIDORES





EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DOS CONSUMOS DE BAIXA-TENSÃO



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

Antes de mais, o Conselho Fiscal manifesta a sua profunda mágoa pelo falecimento do Dr. Manuel Bastos Mendes, Presidente do Conselho de Administração, Amigo muito querido e notável figura que durante largos anos dirigiu, como trabalhador incansável e orientador esclarecido, os destinos da Empresa, à qual deu o melhor das suas muitas e invulgares qualidades.

Durante o exercício de 1971, o Conselho Fiscal acompanhou atentamente a criteriosa gerência do Conselho de Administração e a actividade social.

Deste modo, procedeu a exame de contas e documentos, efectuou contagens de valores e assistiu a reuniões desse Conselho, o qual lhe facultou sempre todos os necessários elementos e informações.

Já no bem estruturado relatório do Conselho de Administração se alude aos factos mais relevantes da vida da Empresa durante o exercício findo; entre eles, merece de novo particular referência a prolongada e invulgar carência de chuvas. Não obstante, a venda de energia ultrapassou, pela primeira vez, a importância de cem milhões de escudos.

Tendo apreciado o balanço, a conta de Ganhos e Perdas e aquele relatório, o Conselho Fiscal dá a sua concordância a estes documentos, que satisfazem as disposições legais e estatutárias. Saliente-se que a Empresa levou a efeito a reestruturação total da sua contabilidade, em ordem a permitir mais fácil compreensão da respectiva situação económica, seguindo como critério valorimétrico o de preços «standard» tão próximo quanto possível dos preços reais.

À expressão de sentido pesar do Conselho de Administração pelo passamento dos Dr. Guilherme Luizello Alves Moreira, Presidente da Junta Consultiva, e Dr. José dos Santos Fernandes Agudo, Secretário-geral, o Conselho Fiscal adita a sua própria. Agradece este Conselho a amável referência que lhe é feita no

relatório do Conselho de Administração, ao qual, e particularmente ao seu Presidente, apresenta as suas cordiais saudações, e associa-se aos cumprimentos expressos nesse relatório, bem como ao merecido louvor endereçado aos funcionários da Empresa.

Concluindo, o Conselho Fiscal é de parecer e tem a honra de propor:

1.º — que aproveem o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a conta de Ganhos e Perdas e a proposta de aplicação de resultados, tudo relativo ao exercício de 1971;

2.º — que louvem o Conselho de Administração pela elevada competência e zelo com que geriu os negócios sociais;

3.º — que procedam à eleição de um Vogal do Conselho de Administração e de um Vogal da Junta Consultiva.

Lisboa, 10 de Março de 1972.

O CONSELHO FISCAL

António Francisco Rodrigues Nogueira Dias Costa — Presidente

António Braz Pessoa da Costa Leitão

Fernando Nunes de Carvalho

Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo

Albano da Costa Lobo

(Pancada, Moraes & C.ª)



Barragem do Covão do Meio

